

Orientação Psicológica como apoio à saúde mental para pessoas surdas em período de covid-19

Psychological Guidance as support for mental health for deaf people in the covid-19 period

Evaneide de Brito Feitosa Aguiar
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA)
Imperatriz-Brasil
Karoline Giele Martiz de Aguiar
Universidade CEUMA (UniCEUMA)
Imperatriz-Brasil

Resumo

No período de quarentena devido a pandemia, a procura pelos serviços psicológicos principalmente por vias online cresceu consideravelmente. Com relação às pessoas surdas, estas sofrem em decorrência da barreira comunicacional, diante disso este artigo tem como objetivo abordar questões relacionadas as dificuldades encontradas pelos surdos usuário da Língua Brasileira de Sinais, para o acesso do atendimento com o psicólogo, visando investigar a necessidade desses serviços no período de quarentena. A pesquisa tem como pressuposto metodológico o estudo qualitativo sob aspecto da análise de conteúdo, participaram da pesquisa um grupo de Seis estudantes surdos de três escolas estaduais na cidade de Imperatriz Maranhão, as entrevistas foram realizadas pela plataforma Google Duo. Como resultados a pesquisa verifica que as pessoas surdas necessitam do atendimento do profissional Psicólogo, no entanto é preciso uma qualificação profissional específica para que a comunicação através da Libras aconteça.

Palavras-chave: Covid-19. Orientação Psicológica. Surdez.

Abstract:

In the quarantine period due to the pandemic, the demand for psychological services, mainly online, grew considerably. With regard to deaf people, they suffer as a result of the communication barrier, therefore, this article aims to address issues related to the difficulties encountered by deaf users of the Brazilian Sign Language, for access to care with the psychologist, in order to investigate the the need for these services in the quarantine period. The research has as a methodological assumption the qualitative study under the aspect of content analysis, a group of Six deaf students from three state schools in the city of Imperatriz Maranhão participated in the research, the interviews were conducted through the Google Duo platform. As a result, the research finds that deaf people need the assistance of a professional Psychologist, however a specific professional qualification is necessary for communication through Libras to happen.

Keywords: Covid-19. Psychological Orientation. Deafness.

1 Introdução

O final da década de 1980 representou um marco no que diz respeito ao avanço das políticas pública a favor da educação inclusiva, e se destaca neste período a Constituição Federal de 1988, que faz menção não diretamente a educação inclusiva, mas apresenta em sua redação a garantia ao direito à educação para todas as pessoas, com exercício de direitos sociais e individuais, desenvolvimento a igualdade e a justiça de valores, sem preconceitos (BRASIL, 1988).

Em Jomtien, Tailândia, entre os dias 5 e 9 de março de 1990, aconteceu a Declaração Mundial de Educação para todos, o qual foi um plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem; o art. 3 da declaração determina que a educação básica deve ser proporcionada a todas as crianças, jovens e adultos. Para que isso aconteça é preciso universalizá-la, responsabilizando os sistemas de ensino a tomar medidas efetivas para reduzir as desigualdades.

É importante ressaltar que a Declaração de Salamanca que ocorreu na Espanha em 1994, em resolução, apresenta o texto sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, com objetivo de fornecer diretrizes que possam proporcionar reformas políticas no âmbito da educação inclusiva em consonância aos movimentos da inclusão social.

No que diz respeito a educação para pessoas surdas, essas reformas políticas foram essenciais para influenciar na construção da principal legislação vigente em prol do reconhecimento linguístico, valorização da cultura, e expressão da identidade das comunidades surdas; os movimentos, lutas e debates resultaram no Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 (BRASIL, 2005), que Regulamenta a lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 (BRASIL, 2002), que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras), e o art. 18 da lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 (BRASIL, 2000).

É importante ressaltar que a lei nº 10.098/00 (BRASIL, 2000) que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas deficientes ou com mobilidade reduzida, prevê nos incisos I e II, do 2º § do artigo 53 a “subtitulação por meio de legenda oculta” e “a janela com tradutor e intérprete de Libras”.

Com o advento dessas legislações pela busca da acessibilidade, espera-se que oportunidades devam surgir para pessoas surdas em diversos âmbitos, tais como a inserção

efetiva do surdo no espaço educacional, conforme assegura a Lei de Diretrizes e Bases nº 9394/96 que explana em seu capítulo V que a educação especial como uma modalidade de ensino, recomenda a promoção do desenvolvimento das faculdades de pessoas com Necessidades Educativas Especiais (NEE), e apresenta um conjunto de recursos educacionais especializados para apoiar e complementar as atividades educacionais no ensino regular, de forma que possa diminuir os índices de exclusão escolar.

Com relação ao acesso do tradutor e intérprete de Libras em órgãos públicos ou funcionários bilíngues, o decreto 5626/05 (BRASIL, 2005) em seu capítulo VIII ressalta que é papel do poder público e das empresas o apoio ao uso e difusão da Libras.

No Brasil, as pessoas surdas são consideradas minoria linguística e cultural, tendo seus direitos assegurados, como o acesso à informação. A comunicação dos surdos é espacial e visual, e muitos não tem conseguido acesso total ao material de forma efetiva oferecidos pelas emissoras de TV, pois a maioria não disponibiliza de profissionais tradutores e intérpretes de Libras e as legendas nem sempre consistem no entendimento imediato para surdo, pois a estrutura linguística da Libras é diferente da estrutura da língua portuguesa.

Presencia-se, atualmente, um período delicado, pois um vírus a pouco tempo descoberto está levando o mundo à desordem, o chamado Coronavírus (Covid-19); com isso a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou emergência de saúde pública mundial em 30 de janeiro de 2020. A partir disso os meios de comunicação passaram a noticiar diariamente sobre informações do novo covid-19. No que se refere a acessibilidade para as pessoas surdas, a maioria das emissoras de TV, por não disponibilizar de profissionais para realizar as interpretações dos noticiários, resulta na exclusão do público surdo destas informações.

Por consequência do isolamento proposto pelos governantes para diminuição da contaminação, os estudantes tiveram que se adaptar a novas rotinas, inclusive estudos remotos em casa, o que para os surdos resultou em maiores dificuldades, pois a barreira linguística é a principal causa para a exclusão, e a maioria dos familiares dos surdos desconhece a Libras, portanto, quando isolados do convívio social, presenciam a possibilidade de adoecimento, como depressão e a ansiedade.

De acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais (DSM-V, 2014), alguns dos critérios para o diagnóstico de depressão são: apresentar humor deprimido, redução do interesse por atividades que em outro momento eram fonte de prazer, perda ou

ganho de peso, dificuldades com o sono ou insônia, alterações às atividades psicomotoras, falta de energia, dificuldades de concentração e pensamentos recorrentes de morte ou de suicídio. Já os critérios para ansiedade são: preocupação excessiva, dificuldades de controlar os pensamentos, dificuldades de concentração, inquietação, irritabilidade e alterações no sono.

Conforme estudos epidemiológicos, atualmente existem cerca de 300 milhões de pessoas afetadas com depressão e em média 800 mil morrem por ano através de suicídio, segundo a OMS (2018). Considerando o número exorbitante de pessoas sofrendo desta doença, conseqüentemente os serviços psicológicos vêm crescendo para auxílio deste público, com orientações para que seja possível superar situações difíceis ou problemáticas.

As pessoas surdas sofrem principalmente pela barreira linguística, e em período de isolamento social, como resultado, acessam outros meios para saciar a necessidade de socializar, como as redes sociais, aplicativos de mensagens instantâneas, *websites*, *blogs*, plataforma de vídeos, e a maioria das vezes não tem interesse pelas informações oferecidas pelas TV, pois muitos não compreendem o uso do *closed caption*, por causa da estrutura linguística da língua portuguesa, além de grande parte dos programas/jornais e outros não oferecerem os serviços de janelas com interpretações.

Este artigo tem como objetivo discutir aspectos relacionados a falta de acessibilidade e dificuldades encontradas pelos surdos ao acesso do serviço psicológico, no período de isolamento social devido a pandemia causada pela covid-19, visto que o oferecimento desse serviço se tornou ainda mais inviável devido as barreiras comunicacionais; assim, a discussão em torno desse assunto se refere à como seria possível o surdo usuário da Libras receber atendimento utilizando uma terceira pessoa como ponte de comunicação, de forma que não influencie nos resultados da consulta.

A pesquisa apresenta uma abordagem metodológica qualitativa sob aspecto da análise de conteúdo que buscou identificar sobre o estado emocional de estudantes surdos, que se encontravam em situação de isolamento social em suas casas. Participaram da pesquisa um grupo de seis estudantes surdos de três escolas estaduais na cidade de Imperatriz, estado do Maranhão, por meio de entrevistas que foram realizadas através plataforma *Google Duo*.

2 A Libras como componente necessário na vida dos surdos

De acordo com Braga (2020), a partir de pesquisas levantadas pelo Instituto Locomotiva em conjunto com a Semana da Acessibilidade Surda, os estudos revelam que cerca de 10,7 milhões de pessoas possuem deficiência auditiva no Brasil. Os dados revelam que a deficiência auditiva é um fator relevante sobre os impactos na saúde no Brasil, e o decreto 5626/05 (BRASIL, 2005) em seu capítulo VII assegura às pessoas surdas ou com deficiência auditiva assistência à saúde nos diversos níveis de complexidade e especialidades médicas, conforme aponta os seguintes incisos:

I - ações de prevenção e desenvolvimento de programas de saúde auditiva; II - tratamento clínico e atendimento especializado, respeitando as especificidades de cada caso; III - realização de diagnóstico, atendimento precoce e do encaminhamento para a área de educação; IV - seleção, adaptação e fornecimento de prótese auditiva ou aparelho de amplificação sonora, quando indicado; V - acompanhamento médico e fonoaudiológico e terapia fonoaudiológica; VI - atendimento em reabilitação por equipe multiprofissional; VII - atendimento fonoaudiológico às crianças, adolescentes e jovens matriculados na educação básica, por meio de ações integradas com a área da educação, de acordo com as necessidades terapêuticas do aluno; VIII - orientações à família sobre as implicações da surdez e sobre a importância para a criança com perda auditiva ter, desde seu nascimento, acesso à Libras e à Língua Portuguesa; IX - atendimento às pessoas surdas ou com deficiência auditiva na rede de serviços do SUS e das empresas que detêm concessão ou permissão de serviços públicos de assistência à saúde, por profissionais capacitados para o uso de Libras ou para sua tradução e interpretação; e X - apoio à capacitação e formação de profissionais da rede de serviços do SUS para o uso de Libras e sua tradução e interpretação (BRASIL, 2005, p. 1).

A surdez, em muitos casos, pode ser considerada como um obstáculo para os indivíduos que a possuem, e em muitas famílias a carência de informação necessária sobre a condição da surdez pode ocasionar a não aceitação e resistência do filho surdo na família. Da Cruz (2010) realizou uma análise sobre a concepção da família ouvinte com relação a surdez de seus filhos e relacionou a comunicação utilizada com a criança, o resultado do estudo indica que a família ouvinte, dependendo do modo como é tratado as questões sobre as especificidades da pessoa surda, pode-se utilizar a língua de sinais ou a língua oral.

O Decreto nº 5.626/05 declara que pessoas surdas são aquelas que utilizam a Libras como meio legal de comunicação, compreende e interage por meio de experiências visuais e expressa sua cultura (BRASIL, 2005).

Na década de 1990, as definições para o uso do termo “surdo” para as pessoas com condição de surdez ou deficiente auditivo, enquanto “Surdo” refere-se à definição cultural (SKLIAR *et al.*, 1998). No entanto, considerando o campo biológico e clínico da medicina, a terminologia que se refere as pessoas surdas é: pessoa com surdez; mas nem sempre foi

assim, pois estas pessoas eram consideradas deficientes e a surdez uma patologia (MOURA, 2000).

É importante destacar o envolvimento da família no desenvolvimento do surdo, conforme aponta a pesquisa de Negrelli e Marcon (2006) que revela que a família exerce papel considerável na construção da cultura e identidade do surdo, onde as relações sociais dentro do lar - o cuidar, promoção a saúde, o bem estar e dar proteção ao filho surdo - são fatores essenciais para formação na educação familiar para o surdo; a pesquisa ainda identificou o papel da família, e revelou a dificuldade da aceitação da surdez para os pais, mostrando a necessidade do aprendizado da Libras para o surdo, visto que a comunicação é indispensável para a vida de qualquer indivíduo, além do estímulo na produção cultural, e na obtenção de sua identidade.

A comunicação e socialização humana, de acordo com Piaget (1973), é fundamental para a qualidade de vida humana e desenvolvimento cognitivo da aprendizagem, salientando que a socialização da criança aos seis meses é diferente de um adulto aos vinte anos de idade; o autor afirma que os pais têm o controle sobre a criança, contudo a vida adulta é inevitável, e terá consequências caso ocorra ausência na comunicação e interação social na infância. Para a criança surda, quando os pais lhe negam o contato com a Libras, conseqüentemente, este surdo terá dificuldades de socialização. A Libras é componente fundamental que possibilita ao surdo desenvolver todas as suas capacidades cognoscitivas (ALMEIDA, 2009).

Para Quadros (2005), a importância do contato do surdo desde dos primeiros anos de vida com a comunidade surda ou pessoas fluentes na Libras é essencial, pois essa língua lhe oportuniza uma troca semiótica/visuoespacial tão relevante quanto a língua oral-auditiva para os ouvintes.

No que se refere a inserção do surdo no meio escolar, observa-se um cenário de fracassos, pois muitos não conseguem alcançar o desenvolvimento educacional como os demais, e em muitos casos as metodologias utilizadas são incoerentes, além de o material didático não ser compatível nem adaptado para o público surdo (QUADROS, 2003). A barreira comunicacional gera um isolamento e atraso destes estudantes, podendo ocasionar ansiedade e depressão (LACERDA, 2006).

Voltando para o cenário ao qual o Brasil encontra-se, no isolamento social, proposto pelo governo, Pereira *et al.* (2020) realizaram uma análise sobre as consequências na saúde

mental das pessoas no período de isolamento social durante a pandemia de COVID-19, e propôs meios de enfrentamento para minimizá-las. Efetuaram uma revisão da literatura e encontraram 49 publicações, cujos resultados apontaram que os indivíduos acometidos pelo isolamento social estão mais suscetíveis a apresentar transtornos de saúde mental, surgindo sintomas de sofrimento psíquico, em especial, relacionado ao estresse, ansiedade e depressão, contudo, o estudo permitiu apresentar a necessidade do apoio psicológico como redução desses sintomas.

Para as pessoas surdas o estado de sua saúde mental pode se agravar ainda mais, pois além dos problemas já pertinentes, existe a inexistência do apoio psicológico. O profissional psicólogo Gonçalves (2019) relata que o atendimento psicológico a pessoas surdas é praticamente inexistente no Brasil, e os motivos para isso são a falta de profissionais capacitados ou carência de oferta por parte do poder público; o estudo do autor - que relatou por meio de uma experiência pessoal como terapeuta de surdos utilizando a Libras - teve como objetivo motivar estudantes de psicologia e profissionais da área a se dedicarem a essa demanda reprimida e não atendida, e para isso desenvolveu uma metodologia própria, com resultados significativos na resolução de conflitos e melhoria da qualidade de vida dos surdos.

A Libras é fundamental na comunicação entre as pessoas surdas e ouvintes, porém existem as pessoas com surdez profunda que não são usuárias da Libras, em especial pela falta de oportunidade do contato com a língua e a comunidade surda, ou por escolha da própria pessoa, pois geralmente são surdos oralizados que utilizam a língua portuguesa como meio de comunicação principal (PFEIFER, 2013).

Para o atendimento psicológico com pessoas surdas usuárias da Libras é fundamental que o profissional faça uso dessa Língua, para receber as demandas que surge no *setting* terapêutico. Assim, torna-se necessário o domínio da Libras visando garantir o sigilo do especialista, como preconizado pelo código de ética profissional (CFP, 2005).

Diante do isolamento social e a necessidade ao suporte psicológico, as pessoas passaram a procurar esse serviço com mais frequência, porém, as pessoas surdas têm dificuldades no acesso aos atendimentos com esses profissionais por vários fatores, como condições financeiras e principalmente pela barreira comunicacional.

Quando a comunicação é inviável entre o psicólogo e o surdo usuário da Libras, é necessário que se tenha uma terceira pessoa atuando como mediador, nesse caso a

alternativa é a intermediação do atendimento por um tradutor intérprete de Libras, contudo, existem implicações éticas previstas pelo Código de Ética do Profissional do Psicólogo, o qual determina o sigilo na relação psicólogo/paciente, visto que a presença de um terceiro pode influenciar ou inibir o processo da atenção psicológica (SILVA; CARMO, 2015). Entretanto, os tradutores intérpretes de Libras também possuem um Código de Ética Profissional, proposto em 2004 pela Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS) onde, no qual, constam orientações sobre a confidência profissional e imparcialidade na hora da interpretação (QUADROS, 2004).

3 Organização da pesquisa

Trata-se de um estudo qualitativo, exploratório e de corte transversal. O estudo exploratório visa examinar uma temática pouco estudada, do qual há dúvidas e/ou é pouco abordado (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013).

O estudo foi realizado durante o mês de julho de 2020 com seis estudantes surdos de quatro escolas públicas localizadas no município de Imperatriz, no estado do Maranhão. A amostragem foi por conveniência, através do processo bola de neve, onde um sujeito foi indicando o outro para a pesquisadora.

Foi elaborado um roteiro de entrevista semiestruturada, o qual proporciona ao entrevistador organização das temáticas abordadas e o aprofundamento característico de estudo exploratório (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013).

Os dados recolhidos foram obtidos através de onze perguntas, realizadas em Língua de Sinais, pela própria pesquisadora, que é profissional intérprete atuante na área, e uma psicóloga. As perguntas relacionavam-se a três temas centrais: acesso à informação, sentimentos e acesso ao serviço.

A etapa das entrevistas foi realizada pela pesquisadora fluente em Libras com horário previamente agendo pelos participantes por meio da tecnologia do *Google Duo*, com duração média de 30 minutos para cada surdo.

O material foi codificação e organizado a partir dos eixos temáticos, e os dados obtidos foram tratados a partir da análise de conteúdo proposto por Bardin (2009). Algumas das perguntas realizadas aos surdos foram transcritas, mas mantendo o anonimato; para a identificação foram utilizados os codinomes Participante 1, 2, 3, 4, 5 e 6, respectivamente.

4 Resultados e discussões através da entrevista

A entrevista consiste nas reflexões de Piaget (1973), quando defende que, por meio da interação, adquire-se a linguagem, sendo primordial para qualidade de vida dos indivíduos e desenvolvimento social/cultural das pessoas. No momento da realização das entrevistas foram acrescentadas outras perguntas de acordo com a necessidade, através das respostas fornecidas pelos surdos; os participantes tinham entre 16 e 20 anos de idade, e todos residiam com sua família e estudavam o ensino médio em escolas públicas.

Com relação aos resultados obtidos das respostas dos entrevistados, pôde-se perceber que as respostas não diferem umas das outras com relação ao sentimento de exclusão, na carência da acessibilidade das informações prestadas pelas redes de informação, uma vez que poucos canais e programas oferecem o serviço de janelas com tradutores e intérpretes de Libras; assim, os surdos relataram que muitas das informações deixam de serem absorvidas, causando desconforto e ansiedade.

Nas perguntas: Consegue ter acesso às informações sobre o COVID-19? As informações são em tempo atual?

Respostas dos participantes:

“Sim tenho acesso, porém muitas das vezes fico sem entender o que está acontecendo, pois, os canais não contêm janelas com interpretes” (PARTICIPANTE 1).

“Tenho acesso, porém assisto pouca TV, não entendo o que eles dizem, quando vejo que tem intérpretes disponível me interessa em ver” (PARTICIPANTE 2).

“Os canais de TV, não respeita a pessoa surda, quando dão informações sem acessibilidade, eu sei do que está passando porque acesso à internet e leio os acontecimentos” (PARTICIPANTE 3).

Percebe-se que, com a falta da acessibilidade na TV, os surdos não têm interesse em acessar seus conteúdos, e por isso preferem a internet para se manterem informados.

A respeito do isolamento social, os surdos expressaram-se aflitos, pois compreendem o que está se passando e na dificuldade de acesso a um profissional adequado para falar de suas aflições, suas ansiedades expandiam. No momento da entrevista foi explicado para os participantes o que é suporte psicológico para que estes pudessem compreender qual seria o motivo do contato com eles e pudesse responder de forma coerente as perguntas que lhe seriam solicitadas.

Para as perguntas: Qual a maior dificuldade em realizar o isolamento social? Acredita precisar de suporte psicológico por conta do isolamento social?

Temos as seguintes respostas dos participantes:

“Eu compreendo que é necessário o isolamento, minha família me explicou, estamos todos em isolamento, é difícil pois sinto saudades da escola e dos meus amigos surdos, tenho medo desta doença, fico aflita, um profissional para me ajudar, seria muito bom neste momento” (PARTICIPANTE 1).

“Eu sei que somos obrigados a fazer o isolamento, para evitar contato com as pessoas e pegar esta doença, tenho medo, fico pensando nisso, não tenho nada para fazer, passo o tempo nas redes sociais, mas fico cansado e abusado, fico entediado, sinto angústia, queria ter acesso a um profissional psicólogo, acho que ajudaria” (PARTICIPANTE 4).

Percebe-se na fala dos participantes a compreensão do momento vivido, e a aflição e medo causados pelos noticiários que chegam até eles.

Com relação às perguntas: Tem tido acesso a suporte psicológico ofertado pelo Sistema Único de Saúde? Teve acesso ao suporte psicológico através de outros recursos tecnológicos? Caso precise de suporte psicológico, quais os sintomas, pensamentos e/ou comportamentos que estão observados em si, que precisam de orientação profissional?

Obteve-se as seguintes respostas:

“Nunca tive acesso a um profissional psicólogo, nem do SUS e nem particular, certa vez eu e minha mãe fomos a um psicólogo do SUS, mas ele não sabia Libras e não tinha intérprete para me acompanhar, então desistimos. Eu gostaria de ter acesso a um psicólogo, eu não sei se seria caso de acompanhamento ao profissional, mas tenho pensamentos triste, e angustiadores, me sinto sozinha, ninguém na minha casa conhece a Língua Brasileira de Sinais, e o isolamento me deixa mais aflita pois meus únicos amigos que conhece a Libras não posso ter acesso a eles por causa do isolamento, falamos apenas pelas redes sociais, mas sinto necessidade de contato físico, era divertido quando nos reuníamos” (PARTICIPANTE 5).

“Tenho acesso ao profissional psicólogo da minha escola, sempre que preciso vou ao profissional, porém, no início foi difícil pois eles não aceitavam que o intérprete me acompanhasse, mas nenhum dos psicólogos da minha escola conheciam a Libras, então o atendimento ficava inviável sem comunicação alguma, depois que eles fizeram uma reunião entraram em consenso, e o psicólogo aceitou que o intérprete entrasse na sala comigo, mas neste momento de isolamento social, estou sentindo falta das consultas que eu fazia com o psicólogo, pois sofro de ansiedade e não me dou bem com as pessoas de minha família, está sendo insuportável este isolamento” (PARTICIPANTE 6).

Em apenas uma das escolas - onde nas quais foram realizadas a pesquisa com os estudantes - possui dois profissionais psicólogos disponíveis para os estudantes, porém, nenhum dos dois conhecem a Libras; essas informações foram adquiridas através de um contato por telefone com a equipe pedagógica da escola, a qual informou a presença dos dois profissionais, e a presença de três profissionais intérpretes que se faziam presentes sempre

que os surdos precisassem de um acompanhamento ao profissional Psicólogo, confirmando a fala do participante 6. A reunião que o estudante menciona aconteceu na escola com os profissionais, intérpretes e psicólogos. Na ocasião, os profissionais intérpretes apresentaram um código de ética que rege a classe dos profissionais no Brasil, formulado pela Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua de Sinais (FEBRAPILS), apresentando os seguintes pontos, de acordo com a Febrapils (CÓDIGO, 2014):

- Confiabilidade, o profissional deverá ter sigilo sobre as informações no momento da interpretação;
- Imparcialidade, deve permanecer neutro, não interferindo nas opiniões que serão geradas ou dadas na hora da interpretação;
- Discricção, o limite deve haver entre as partes envolvidas no momento da interpretação;
- Distância profissional, o profissional não deverá misturar sua vida profissional;
- Fidelidade, o intérprete não poderá emitir, ou acrescentar nenhuma opinião própria, deverá interpretar fielmente o que as partes dizem FEBRAPILS (CÓDIGO, 2014, p. 1).

Para os profissionais intérpretes, por possuírem um código de ética, foi facilitada uma parceria com os psicólogos para o atendimento do surdo nesta escola. No entanto, os demais surdos entrevistados não tiveram contato com o serviço de profissionais de psicologia, conseqüentemente, existe uma lacuna entre a demanda e os atendimentos com os profissionais psicólogos

Em seguida foi perguntado: Tem sentindo-se excluído por não poder contar com suporte psicológico online, com profissional psicólogo que saiba Libras? Em sua opinião como poderia ser ofertado este suporte psicológico, diante do isolamento social?

“Sim, me sinto excluído, pois vejo que as pessoas ouvintes tem acesso a esses profissionais online, nós surdos não contamos com esses serviços porquê os profissionais não sabem a Libras. Sei que a falta de oportunidade de formação deles e acessos a curso podem influenciar, mas para mim o ideal seria que o psicológico soubesse Libras” (PARTICIPANTE 4).

“Na minha opinião os profissionais psicólogos deveriam aprender Libras, pois este é um serviço essencial, e todo mundo deveria ter direito a ele, sinto excluído, eu me sentiria bem ir ao um profissional que soubesse a minha Língua a Libras” (PARTICIPANTE 5).

Considerando o Código de Ética Profissional do Psicólogo (CFP, 2005), o Código de Conduta e Ética da FEBRAPILS de 2014 (CÓDIGO, 2014), a lei nº 10.436 de 2002 (BRASIL, 2002), o decreto nº 5.626 de 2005 (BRASIL, 2005), a lei nº 12.319 de 2010 (BRASIL, 2010), e a lei nº 13.146 de 2015 (BRASIL, 2015), é possível que a necessidade esteja na mudança de consciência

social e profissional, relacionado ao atendimento de pessoas com deficiência, em especial, com pessoas surdas.

Esta realidade de isolamento social é vivenciada por muitos, e os surdos são munidos de necessidades como quaisquer outros cidadãos.

5 Conclusão da pesquisa

O estudo evidenciou a necessidade de intervenção psicológica às pessoas surdas que se encontram em isolamento social e decorrência da prevenção de contaminação da covid-19, e, neste caso, é preferível que a saúde mental seja primada para este público, assim como qualquer pessoa que necessite desse atendimento. É necessário que os profissionais psicólogos desenvolvam um plano de ação que possa incluir a orientação para estas pessoas através da comunicação bilíngue *online*, proporcionando acessibilidade aos serviços de orientação.

Esta pesquisa evidenciou a urgência de estudos que abordem esta temática, pois mesmo com as políticas públicas em vigência que garantem o acesso à saúde, ainda não é aplicada quando se trata de saúde mental desta população, ficando evidente a necessidade de qualificar estes profissionais de saúde para o atendimento deste público. Esta pesquisa confirma que os surdos da amostra entrevistados necessitam de acompanhamento, sendo este possível apenas através de profissionais qualificados que disponibilizarem seus serviços a fim de alcançar estas pessoas, através da diferença comunicacional, com o uso da Libras.

Referências

ALMEIDA, M. J. O desenvolvimento da literacia na criança surda: Uma abordagem centrada na família para uma intervenção precoce. **Mediações**, v. 1, n. 1, p. 142-155, 2009.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **DSM-5**: Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais. Artmed Editora, 2014.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Portugal: LDA, 2009.

BRAGA, M. P. **Tradução Automática para Língua Brasileira de Sinais**: um estudo sobre a percepção de qualidade e uso do serviço. 2020. Monografia (Graduação em Letras) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Ribeirão das Neves-MG, 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf Constituição.htm. Acesso em: 24 mar. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 5 mar. 2021.

BRASIL. **Lei 10098/00, de 19 de dezembro de 2000.** Lei da Acessibilidade. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2000. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/103147/lei-da-acessibilidade-lei-10098-00>. Acesso em: 28 mar. 2020.

BRASIL, **Lei de Diretrizes. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais-Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União, 2002.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. Brasília, DF: Presidência da República, 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decretod5626.htm. Acesso em: 28 mar. 2020.

BRASIL. **Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010.** Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. Brasília, 2010. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12319.htm. Acesso em: 24 abr. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 14 mar. 2021.

CFP. **Código de Ética Profissional do Psicólogo.** Conselho Federal de Psicologia. Brasília, agosto de 2005.

CÓDIGO de Conduta e Ética. **Primeira Alteração Aprovada em Assembleia Geral Ordinária no dia 13 de abril de 2014.** Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua de Sinais, 2014. Disponível em: <https://febrapils.org.br/documentos/>. Acesso em: 8 fev. 2021.

CRUZ, A. L. F. Os surdos e sua relação com a família: fator de inclusão/exclusão e aprendizagem. **Revista Pandora Brasil-ISSN**, v. 2175, p. 3318, 2010.

GONÇALVES, P. C. S. Atendimento Psicológico aos Surdos. **Psicologado**, 27 de abril de 2019. Disponível em: <http://psisurdos.blogspot.com/2019/04/atendimento-psicologico-aos-surdos.html>. Acesso em: 8 fev. 2021.

LACERDA, C. B. F. A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência. **Cadernos cedes**, v. 26, n. 69, p. 163-184, 2006.

MOURA, M. C. **O surdo:** caminhos para uma nova identidade. Revinter, 2000.

NEGRELLI, M. E. D.; MARCON, S. S. Família e criança surda. **Ciência, Cuidado e Saúde**, v. 5, n. 1, p. 098-107, 2006.

OMS. Organização Mundial da Saúde. **Managing epidemics: key facts about major deadly diseases.** World Health Organization, 2018. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/handle/10665/272442>. Acesso em: 11 jun. 2020.

PEREIRA, M. D. *et al.* A pandemia de COVID-19, o isolamento social, consequências na saúde mental e estratégias de enfrentamento: uma revisão integrativa. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 7, p. e652974548-e652974548, 2020.

PFEIFER, P. **Crônicas da surdez.** Plexus Editora, 2013.

PIAGET, J. **Para onde vai a educação?** Rio de Janeiro: Livraria José Olympo Editora. 1973.

QUADROS, R. M. Situando as diferenças implicadas na educação de surdos: inclusão/exclusão. **Ponto de vista: revista de educação e processos inclusivos**, n. 5, p. 81-111, 2003.

QUADROS, R. M. **O tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa.** Secretaria de Educação Especial. Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos. Brasília: MEC, SEESP, 2004.

QUADROS, R. M. **O 'BI'em bilinguismo na educação de surdos.** Surdez e bilinguismo. Porto Alegre: Mediação, v. 1, p. 26-36, 2005.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. P. B. **Metodologia de pesquisa.** 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SILVA, Á. M. S.; CARMO, M. B. B. **Psicologia e Surdez: demandas de um mundo do silêncio.** 2015.

SKLIAR, C. *et al.* A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: **Mediação**, v. 3, 1998.

Sobre as autoras

Evaneide de Brito Feitosa Aguiar

mestranda no curso de Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), pelo Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica no Campus Palmas (TO), Tradutora Intérprete de Libras, no Instituto Federal do Maranhão (IFMA) e professora de Libras do Setor de Inclusão e Atenção à Diversidade (SIADI/SEMED da Prefeitura de Imperatriz - MA). E-mail: evaneide.aguiar@ifma.edu.br. Orcid nº 0000-0002-1279-2389.

Karoline Giele Martiz de Aguiar

Psicóloga, mestre em Psicologia Clínica pela Universidade do Rio dos Sinos (UNISINOS) e professora na Universidade Ceuma (MA). E-mail: karol.giele@hotmail.com. Orcid nº 0000-0001-8310-7273.

Recebido em: 23/04/2020

Aceito para publicação em: 04/12/2021